EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026.
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026.
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 175/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026.

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE PARANAÍBA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

OBJETO: Contratação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Equiparadas, previstos nos arts. 1º, 8º e 13, do Decreto n. 8.538/2015, conforme dispõe o art. 48, III, da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, objetivando a Formação de Registro de Preços para aquisição de novos ***instrumentos musicais***, conforme a necessidade da demanda cultural do município, visando atender nas atividades da Banda Municipal Doutora Claudia Robalinho, Projeto Arte Ressignificando a Vida e as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de Paranaíba-MS.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
DIA 8 DE DEZEMBRO DE 2026, ÀS 9:00 (NOVE) HORAS, (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF)

LOCAL:
Plataforma BLL Compras – https://bll.org.br/

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
SIM

Torna-se público que o Município de **PARANAÍBA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por meio do(a) DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES (setor responsável pelas licitações), sediado(a) à Avenida Juca Pinhé nº 333, Jardim Santa Mônica, CEP: 79.500-000, Paranaíba-MS, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 1197 de 27 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO:
1.1. Contratação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Equiparadas, previstos nos arts. 1º, 8º e 13, do Decreto n. 8.538/2015, conforme dispõe o art. 48, III, da Lei

Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, objetivando a Formação de Registro de Preços para aquisição de novos ***instrumentos musicais***, conforme a necessidade da demanda cultural do município, visando atender nas atividades da Banda Municipal Doutora Claudia Robalinho, Projeto Arte Ressignificando a Vida e as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de Paranaíba-MS., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será por julgada pela apresentação d do **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS:
2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO:
3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

> 3.1.1 O cadastro deverá ser feito na Plataforma BLL COMPRAS, no sítio, https://bll.org.br/ por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. As licitantes deverão comprovar o enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 ou como Microempreendedor Individual, nos termos do art. 18-A, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006 para participação no presente certame.

3.5.1 A comprovação do enquadramento, poderá ser realizada por meio da apresentação da **CERTIDÃO SIMPLIFICADA,** expedida pela Junta Comercial ou a **DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO** validada pela Junta Comercial, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias.

3.5.2. A consulta de optante pelo Simples Nacional não substitui a Certidão ou Declaração da Junta Comercial.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

4.1. Poderão participar deste Pregão, exclusivamente, as microempresas e empresas de pequeno porte, que estiverem previamente credenciados e na Plataforma BLL Compras (https://bll.org.br/).

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o login e senha para acesso ao Sistema.

4.2. **Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2.1. Considera-se microempresas e empresas de pequeno porte as licitantes que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3. A participação em licitação expressamente reservada à Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual, por licitante que não se enquadre na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, ficando o autor da conduta fraudulenta sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Município de Paranaíba/MS, sem prejuízo de multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

4.4. Não poderão disputar esta licitação:

4.4.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.4.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.4.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.4.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O impedimento de que trata o item 4.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.4.2 e 4.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.8. O disposto nos itens 4.4.2 e 4.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.10. A vedação de que trata o item 4.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3.1. É condição básica para a fase de habilitação, que a licitante apresente os documentos relacionados nos itens seguintes, que conforme o disposto no Acórdão 2036/2022 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, podem ser apresentados em cópia simples, sem necessidade de autenticação.

5.3.1.1. A comprovação da **Habilitação Jurídica** consistirá na apresentação dos seguintes documentos**:**

a) **Registro comercial** no caso de Empresa Individual;

b) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor e alterações subsequentes, devidamente registrados no caso de Sociedade Comercial;

c) **Inscrição do ato constitutivo e alterações**, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em exercício no caso de Sociedade por Ações;

d) **Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas**, **acompanhada de prova da diretoria em exercício** no caso de Sociedade Civil;

e) **Decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento**, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir no caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no Brasil;

f) **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual** – CCMEI para MEI;

5.3.1.2. A comprovação da **Regularidade Fiscal** consistirá na apresentação dos seguintes documentos**:**

a) Prova de inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica **(CNPJ/MF)** em plena validade;

b) Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social – CND **(INSS)**, mediante a certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Divida Ativa da União;

c) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS;

d) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço **(FGTS),** mediante Certificado de Regularidade do **FGTS;**

5.3.1.3 A comprovação relativa à **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação da prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas **(CNDT)** ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

5.3.1.4 A documentação relativa à **Qualificação econômico-financeira** consistirá na apresentação da **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.

5.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

5.5. O licitante deverá apresentar declaração que:

5.5.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.5.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

5.5.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.5.4.cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.6. O fornecedor, devidamente enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

5.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.11.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.15. Fica facultado a inserção antecipada dos documentos relativos à habilitação, na fase de cadastro da proposta de preços, sem prejuízo do prazo previsto no item 9.12.1.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estabelecido no modelo de proposta,

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer

os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Em caso de formalização de contrato, os preços inicialmente contratados, somente poderão ser reajustados após decorridos 12 (doze) meses, contados da data do orçamento referência da administração, por meio do IPCA.

6.11. Em caso de pedido de reequilíbrio, a fórmula de análise da solicitação, será a equivalência percentual entre a pesquisa de mercado atual e o desconto oferecido pela empresa no certame. Ex.: Se um item teve o preço médio fixado pelo instrumento convocatório em R$ 10,00 (dez) reais, e a empresa registrou seu valor em R$ 5,00 (cinco) reais, significa dizer que a empresa tem capacidade de fornecer o produto por 50% (cinquenta) por cento do valor de referência da Administração, então se ele desejar solicitar reequilíbrio, será realizada nova pesquisa de mercado, e será concedido o percentual o reequilíbrio no percentual que ele indicou ser justo na data de sessão; ou seja e o produto estiver custando R$ 11,00 (onze reais) a ele será permitido o reequilíbrio do produto para R$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos).

6.12. Em eventual pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração responderá as solicitações no prazo de trinta dias, contados da data do protocolo do pedido.

6.13. Do prazo para análise e resposta aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro:

6.13.1. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, formulados pela contratada com a devida comprovação dos pressupostos legais e fáticos, deverão ser analisados pela Administração no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento do requerimento devidamente instruído.

6.13.2. O prazo previsto no item anterior poderá ser **prorrogado, de forma justificada, por igual período**, quando a complexidade da matéria ou a necessidade de diligências técnicas, jurídicas ou contábeis assim o exigir.

6.13.3. Durante a instrução do pedido, a Administração poderá solicitar documentos e esclarecimentos complementares, hipótese em que o prazo ficará **suspenso** até o efetivo atendimento pela contratada.

6.13.5. O eventual deferimento do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro produzirá efeitos a partir da data da ocorrência do fato gerador, desde que devidamente comprovado, ressalvada disposição contratual em sentido diverso.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19.1.Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.20.2.2. empresas brasileiras;

7.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4. O agente solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5. É facultado ao agente prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Agente iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sistema da BLL, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema BLL, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, contados da solicitação do pregoeiro, pode ser prorrogado por igual período, à critério do pregoeiro ou por solicitação fundamentada da licitante.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte poderá ser apresentada até o momento da contratação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA:

11.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas **nos art. 18 e art. 19 do Decreto nº 1.216/2024 de 2 de fevereiro de 2024.**

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: **https://bll.org.br/ e www.paranaiba.ms.gov.br/portal_transparencia.**

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. As infrações e sanções administrativas, serão apuradas e aplicadas, conforme o disposto

no Decreto Municipal nº 1.449/2025.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: **https://bll.org.br/**.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://bll.org.br/, www.paranaiba.ms.gov.br/portal_transparencia.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
ANEXO I - Termo de Referência
ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
ANEXO IV – Modelo de Proposta de Preços.

Paranaíba-MS, 23 de novembro de 2026.

RINALDO LEAL GARCIA
Diretor do Departamento de Licitação

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026.

1. OBJETO

1.1. Aquisição de novos instrumentos musicais, conforme a necessidade da demanda cultural do município, visando atender nas atividades da Banda Municipal Doutora Claudia Robalinho Claudia Robalinho, Projeto Arte Ressignificando a Vida e as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de Paranaíba-MS.

1.2. Da natureza
(x) Natureza Comum
( ) Natureza Especial

ITEM	CÓDIGO	PRODUTO	UN.	QUANT.
1	142.001.417	BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO - Tipo de vara de percussão Maçaneta, feltro endurecido 38x32 comprimento - 355mm diâmetro - 20mm - L. 14 ´´ D. 0,792´´	UN	40
2	204.001.001	BOMBARDINO ESTUDANTE 3 PISTOS LAQUEADO - BOMBARDINO ESTUDANTE 3 PISTOS LAQUEADO - Material do corpo latão amarelo, acabamento laqueado, pistos aço inoxidável, afinação sib campana com 280mm calibre de 13,4mm de diâmetro, bocal de metal e acompanha estojo confeccionado a partir de madeira 100% reflorestadas, leve e resistente. Peso aproximado do bombardino 3kg. Marcas de referência: Michael, shelter, weril, Eagle.	UN	3
3	204.001.011	BOQUILHA DE MASSA PARA SAX SOPRANO - BOQUILHA DE MASSA PARA SAX SOPRANO - BOQUILHA DE MASSA PARA SAX SOPRANO: Abertura 7 2mm feita em resina de fibra e Pó de ébano.	UN	30
4	142.001.422	BOQUILHA POP DE SAX TENOR - Material resina de fibra na cor preta, com bom acabamento Medidas: sax tenor abertura 8 Distancia ponta 2,65mm = 0,104	UN	30
5	142.001.423	BOQUILHA POP PARA SAX ALTO - Abertura da boquilha 7, com rampa interna, para timbre robusto, harmônicos e agudos. Na cor preta de alta qualidade Modelo Kuston	UN	30
6	204.001.019	BUMBO 18" COM COLETE - Bumbo para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, medindo 18" de diâmetro x 10" de profundidade (ou equivalente), casco confeccionado em madeira laminada de alta densidade ou compensado naval, com espessura mínima de 6 mm, proporcionando resistência mecânica e boa resposta acústica. Aros confeccionados em aço ou alumínio de alta resistência, com acabamento cromado ou pintura eletrostática anticorrosiva. Sistema de afinação por, no mínimo, 8	UN	3

		tirantes metálicos com canoas reforçadas. Peles sintéticas dupla face em poliéster de alta resistência, adequadas para utilização em bandas marciais, resistentes às variações climáticas. Deverá possuir suporte para fixação em colete de sustentação. Acompanha: 01 colete ergonômico em alumínio com regulagem de altura e inclinação, apoio acolchoado para ombros e cintura; 01 par de baquetas para bumbo, cabo em madeira, comprimento aproximado entre 35 e 38 cm, cabeça revestida em feltro de alta densidade; 01 capa acolchoada confeccionada em nylon 600 ou superior, com fechamento em zíper e alças reforçadas.		
7	204.001.020	BUMBO 20" COM COLETE - Bumbo para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, medindo 20" de diâmetro x 10" ou 12" de profundidade, casco confeccionado em madeira laminada ou compensado naval, espessura mínima de 6 mm. Aros metálicos em aço ou alumínio reforçado, acabamento cromado ou pintura eletrostática. Sistema de afinação por, no mínimo, 8 tirantes metálicos e canoas reforçadas. Peles sintéticas dupla face de alta resistência, com excelente projeção sonora e estabilidade de afinação. Sistema de fixação compatível com colete ergonômico para utilização em desfiles e apresentações. Acompanha: 01 colete ergonômico em alumínio com regulagens de altura; 01 par de baquetas para bumbo em madeira com cabeça em feltro; 01 capa acolchoada em nylon reforçado.	UN	3
8	204.001.034	BUMBO FUZILEIRO 22" X 30" - Bumbo fuzileiro medindo 22 polegadas de diâmetro por 30 cm de profundidade, casco confeccionado em madeira laminada, com acabamento revestido em fórmica ou material de desempenho equivalente. Aros em madeira ou metal reforçado, ferragens cromadas ou com tratamento anticorrosivo, pele batedeira e pele de resposta em filme sintético, sistema de afinação por parafusos com tensionadores metálicos, equipado com garras reforçadas e canoas metálicas.	UN	4
9	204.001.021	CAIXA 14" COM COLETE - Caixa para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, medindo 14" de diâmetro x 5,5" ou 6" de profundidade. Casco confeccionado em alumínio, aço ou madeira laminada de alta resistência. Sistema de afinação por no mínimo 10 parafusos de tensão. Esteira com mínimo de 20 fios em aço. Aros metálicos reforçados com acabamento cromado ou pintura eletrostática. Peles sintéticas de alta durabilidade. Sistema de fixação compatível com colete de sustentação. Acompanha: 01 colete ergonômico regulável; 01 par de baquetas tipo 5A ou equivalente, confeccionadas em madeira; 01 capa acolchoada para transporte.	UN	4
10	204.001.036	CAIXA DE GUERRA 14" X 15" - Caixa repique medindo 14 polegadas de diâmetro por 10 polegadas de profundidade, casco confeccionado em alumínio, aço inoxidável ou madeira laminada, acabamento polido ou pintado, aros reforçados em aço cromado, pele sintética, sistema de afinação por parafusos metálicos, ferragens com tratamento anticorrosivo e esteira metálica com regulagem de tensão.	UN	4
11	204.001.035	CAIXA REPIQUE 14" X 10" - Caixa repique medindo 14 polegadas de diâmetro por 10 polegadas de profundidade, casco confeccionado em alumínio, aço inoxidável ou madeira laminada,	UN	4

		acabamento polido ou pintado, aros reforçados em aço cromado, pele sintética, sistema de afinação por parafusos metálicos, ferragens com tratamento anticorrosivo e esteira metálica com regulagem de tensão.		
12	204.001.022	CAIXA TENOR 14" COM COLETE - Caixa tenor para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, medindo 14" de diâmetro x 12" de profundidade (ou equivalente), sem esteira. Casco confeccionado em alumínio ou madeira laminada de alta resistência. Sistema de afinação por no mínimo 8 parafusos de tensão. Aros metálicos reforçados. Peles sintéticas específicas para tenor, resistentes ao desgaste. Sistema de suporte compatível com colete ergonômico. Acompanha: 01 colete em alumínio com regulagem de altura; 01 par de baquetas para tenor, confeccionadas em madeira; 01 capa acolchoada em nylon reforçado.	UN	4
13	204.001.017	CLAMP PRATOS - CLAMP PRATOS - Grampos de aro dpara prato de 8 a 14 polegadas, poste de prato, porca de liberação rápida, braçadeira de suporte de prato com haste em forma de Z, Fabricado em Metal Plástico e Feltro.	UN	6
14	204.001.002	CLARINETA INTERMEDIÁRIA - CLARINETA INTERMEDIÁRIA - Chave: bb, sistema de digitação: boehm, 17 chaves, 6 anéis comprimento do barrilete: 65mm, buracos: furos de tom cônicos com corte inferior cônico, descanso de polegar: ajustável, material corpo: grenadilla e chaves banhadas a prata, boquilha : 4c. Estojo de madeira com alças para transporte. Marcas de referência: Yamaha YCL 255, Buffet Crampon E11, Jupiter JCL700N.	UN	8
15	142.001.405	CORREIA DE OMBRO SAX ALTO - Correia para saxofone confortável e de fácil manuseio Regulador desliga com facilidade, proporcionando ao saxofonista tocar o sax alto, tenor ou soprano com a mesma correia. Cor Preta Saxofone: Alto, soprano e tenor.	UN	6
16	142.001.406	CORREIA DE OMBRO SAX TENOR - Correia para sax confortável e de fácil manuseio Regulador desliga com facilidade, proporcionando ao saxofonista tocar o sax alto, tenor ou soprano com a mesma correia. Cor Preta Saxofone: Alto, soprano e tenor	UN	6
17	142.001.420	ESTANTE PARTITURA - Estante retrátil para partituras. Estrutura em alumínio, com regulagem de altura e inclinação. Altura mínima: 0,55 m Altura: máxima: 1,20 m.	UN	250
18	204.001.012	ESTEIRA PARA REPIQUE - ESTEIRA PARA REPIQUE 14 COM 30 FIOS Material Metal	UN	10
19	204.001.040	FLAUTA DOCE CONTRALTO - Flauta doce contralto, digitação barroca, afinação em F (Fá), confeccionada em resina ABS. Bocal com entrada de ar em arco. Corpo desmontável em 3 (três) partes. Dimensões aproximadas de 47 x 4,5 x 4,5 cm. Acompanhada de estojo em tecido, gráfico de dedilhado, vareta de limpeza, creme para flauta e tampas para as seções inferior, central e superior.	UN	10
20	204.001.041	FLAUTA DOCE TENOR - Flauta doce tenor, digitação barroca, afinação em C (Dó), confeccionada em resina ABS. Bocal com entrada de ar em arco. Corpo desmontável em 3 (três) partes.	UN	10

		Equipada com chave dupla C/C# e apoio para polegar. Dimensões aproximadas de 65 x 5 x 11 cm. Acompanhada de estojo em tecido, gráfico de dedilhado, vareta de limpeza, creme para flauta e tampas para as seções inferior, central e superior.		
21	204.001.003	FLAUTA TRANSVERSAL INTERMEDIÁRIA - FLAUTA TRANSVERSAL INTERMEDIÁRIA - Fabricada em níquel. Acabamento: banhado a prata, afinação em Dó. Molas: aço inoxidável: sapatilhas de feltro trançado e couro de Carneiro. Acompanham estojo de madeira resistente. Marcas de Referência: Buffet crampon 228, Yamaha 221,222,212, júpiter JFL700.	UN	11
22	204.001.025	FLAUTIM (PICCOLO) - Flautim (Piccoo) em Dó (C), padrão estudantil/intermediário. Corpo confeccionado em resina ABS de alta resistência ou madeira grenadilla. Cabeça em metal prateado ou material equivalente. Sistema Boehm. Chaves confeccionadas em alpaca niquelada ou prata niquelada. Molas em aço inoxidável. Almofadas sintéticas de alta vedação. Afinação padrão A=440 Hz. Acompanha: 01 estojo rígido; 01 capa para estojo; 01 vareta de limpeza; 01 pano de microfibra; 01 manual de instruções.	UN	2
23	204.001.043	JOGO DE PALHETAS PARA VIOLÃO - Jogo de Palhetas para violão Descrição DESCRIÇÃO DO PRODUTO: Jogo com 50 palhetas para guitarra, violão, cavaco / cavaquinho e baixo. Peso leve, material durável e agradável aos seus dedos. Superfície Lisa Espessuras: 0.58 / 0.71 / 0.81 / 0.96 / 1.20 / 1.50 (mm) - misturadas Inclui estojo plástico CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: Material: Plástico ABS de qualidade Espessura: 0.58/0.71/0.81/0.96/1.20/1.50 (mm) Cores: Sortidas PACOTE CONTÉM: - 01 estojo plástico - 50 palhetas de cores aleatórias. * Pelo menos 8 unidades de cada tamanho (alguns tamanhos podem ter 9 unidades para totalizar 50	JG	10
24	142.001.433	JOGO DE SAPATILHA CLARINETE - Sapatilha baudruchu para clarinete pelica Contendo 17 sapatilhas nas medidas: 3x17mm 1x15mm 2x12mm 11x10mm	JG	15
25	142.001.410	LUBRIFICANTE PISTO - Óleo mineral para instrumentos musicais de pisto e válvulas em geral, sem cheiro, sem gosto, de longa duração, de boa qualidade, que não evapora, frasco contendo 60 ml.	UN	100
26	142.001.408	PALHETA CLARINETA Nº 3 - Dureza 3 Material Cana Espessura da ponta 0,09mm Espessura do talão 2,8mm	UN	60
27	142.001.458	PALHETA PARA SAX BARÍTONO Nº 3,5 - Material: Cana Espessura da Ponta: 0,09mm Espessura do Talão: 2,8mm	UN	30
28	142.001.350	PALHETA SAX ALTO Nº 3 - Material: Cana Espessura da Ponta: 0,11mm Espessura do Talão: 3,25mm	UN	60
29	142.001.409	PALHETA SAX RETO Nº 2,5 - Material: Cana Espessura da ponta 0,09mm Espessura do talão 2,8mm	UN	45

30	142.001.407	PALHETA SAX TENOR Nº 3 - Material: Cana Espessura da Ponta: 0,09mm Espessura do Talão: 2,8mm	UN	60
31	142.001.418	PAR DE BAQUETA 7A PARA CAIXA - Material: Madeira resistente aproximadamente 40cm e 42cm e diâmetro entre 1,4cm e 1,59cm Tamanho: 7A	PAR	30
32	142.001.412	PELE DE CAIXA 14 POLEGADAS POROSA - Filme duplo com espessura de 7mil cada (milésimo de polegada), pele dupla sonoridade grave e definida, sustain médio e som balanceado com boa durabilidade, similar a Evans EC2 e Remo pinstirpe.	UN	20
33	142.001.413	PELE DE RESPOSTA CAIXA 14 POLEGADAS - Modelo:8951 Aplicação: Caixa de 14" Cor: Transparente Dimensões: 37.000 x 2.000 x 37.000 CM Tipo: Resposta	UN	20
34	204.001.014	PRATO CHIMBAL - PRATO CHIMBAL - PRATO CHIMBAL: Fabricado em Latão com Liga de Metal e Bronze.	PAR	4
35	204.001.015	PRATO PARA FRANFARRA - PRATO PARA FRANFARRA - Fabricado em Latão com Liga de Metal e Bronze.	PAR	10
36	204.001.026	PRATOS PARA BANDA MARCIAL - Par de pratos para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, diâmetro entre 14" e 16", confeccionados em liga metálica de bronze B8, latão especial ou liga equivalente destinada à fabricação de pratos musicais. Acabamento polido ou brilhante. Deverão possuir alças em couro natural ou fita de nylon reforçada, fixadas por sistema metálico resistente. Peso médio compatível com utilização em bandas marciais, proporcionando equilíbrio entre projeção sonora e conforto durante a execução. Acompanha: 01 par de correias em couro ou nylon reforçado instaladas; capa acolchoada específica para transporte de pratos, confeccionada em nylon resistente.	PAR	6
37	204.001.027	QUADRITON COM COLETE - Instrumento de percussão para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, composto por conjunto de quatro tambores (quadritom), com diâmetros aproximados de 8", 10", 12" e 13", profundidade entre 6" e 8" ou equivalente. Cascos confeccionados em madeira laminada de alta densidade ou alumínio de alta resistência, com espessura mínima de 6 mm. Aros metálicos reforçados em aço ou alumínio, acabamento cromado ou pintura eletrostática anticorrosiva. Sistema individual de afinação por, no mínimo, 6 tensores em cada tambor, com ferragens reforçadas. Peles sintéticas de alta resistência, próprias para utilização em bandas marciais, resistentes às variações de temperatura e umidade. Sistema de fixação compatível com colete ergonômico. Acompanha: 01 colete ergonômico em alumínio com regulagem de altura e inclinação; 01 par de baquetas para quadritom em madeira, ponta de nylon ou madeira; 01 capa acolchoada específica para o conjunto.	UN	1
38	204.001.004	SAX ALTO (ESTUDANTE) - SAX ALTO (ESTUDANTE) - Apoio de polegar regulável, campana removível, parafusos em aço inoxidável afinado em mib, sib grave articulado e chave fá# agudo. Recursos porta lira, estojo extra luxo de madeira com alça para transporte acabamento laqueado e boquilha estudante 5 C.	UN	2

		Marca de Referência: Eagle, Michael, Shelter, Jupiter série 500.		
39	204.001.005	SAX ALTO PROFISSIONAL - SAX ALTO PROFISSIONAL - Saxofone construído na liga de bronze 85/15 com sapatilhas de alta qualidade produzidas em couro linha profissional de saxofones alto, acabamento laqueado dourado.- chave: Mib - acabamento: laqueado dourado - bocal: 4c - mecanismo de f frontal - recurso de f# agudo - apoio para mão direita ajustável - campana gravada a mão estojo semi rígido de alta qualidade. Marcas de referência: Yamaha yas 62, Yanagisawa a 902, Cannonball GA5-B, Selmer Paris supreme.	UN	2
40	204.001.006	SAX BARITONO ESTUDANTE - SAX BARITONO ESTUDANTE - Afinação: eb (mí bemol), extensão: a grave a f# agudo, apoio de polegar: reguláve,l corpo: amarelo, acabamento: laqueado, parafusos: aço carbono, molas: aço carbono, sapatilhas: importada, estojo: luxo de madeira, porta lira espigão (apoio de chão) – extensão: a grave e f# agudo – porta lira: sim – espigão (apoio de chão): sim Marcas de referência: Yamaha, eagle, Michael, shelter.	UN	2
41	204.001.007	SAX RETO (SOPRANO) ESTUDANTE - SAX RETO (SOPRANO) ESTUDANTE - Parafusos em aço inoxidável - dimensão em fa agudo si b articulado - todel reto e curvo – estojo de madeira revestido de couro e pelúcia interna - acabamento dourado em latão. Marcas de referência: Eagle, Michael, Shelter	UN	3
42	204.001.008	SAX TENOR INTERMEDIÁRIO - SAX TENOR INTERMEDIÁRIO - Construção em latão, acabamento laqueada dourado, sapatilhas em couro com boquilha e acompanha estojo altamente resistente em madeira. Marcas de referência: Yamaha 26, eagle, Jupiter JTS 700q.	UN	3
43	204.001.032	SOUSAFONE - Sousafone em Si Bemol (Bb), padrão estudantil/intermediário. Corpo confeccionado em fibra de vidro reforçada ou latão laqueado. Campana removível com diâmetro aproximado entre 660 mm e 680 mm. Sistema com 3 pistões em aço inoxidável ou monel. Afinação A=440 Hz. Estrutura projetada para distribuição uniforme do peso sobre os ombros. Acompanha: 01 bocal compatível; 01 capa acolchoada para campana; 01 capa para corpo do instrumento; 01 óleo lubrificante para pistões; 01 graxa para pompas.	UN	1
44	170.001.797	SUPORTE DE MADEIRA ARTESANAL PARA 6 FLAUTAS DOCES - Suporte artesanal confeccionado em madeira, com capacidade para acomodação de até 6 flautas doces. Dimensões aproximadas de 31 x 7 cm. Estrutura com compartimento interno para armazenamento das varetas de apoio. Sistema de abertura por tampa giratória com fixação central.	UN	4
45	204.001.016	SUPORTE PARA CHIMBAL AÉREO COM MULTI CLAMP - SUPORTE PARA CHIMBAL AÉREO COM MULTI CLAMP – Fabricado em Metal e Plástico com Feltro nas presilhas	UN	8
46	204.001.037	SURDO 14" X 30 CM - Surdo medindo 14 polegadas de diâmetro por 30 cm de profundidade, casco confeccionado em alumínio, aço ou madeira laminada, acabamento resistente à umidade e ao desgaste, aros metálicos reforçados, peles sintéticas, sistema de afinação por parafusos metálicos e ferragens cromadas ou com tratamento anticorrosivo.	UN	4

47	204.001.038	SURDO 18" X 45 CM - Surdo medindo 18 polegadas de diâmetro por 45 cm de profundidade, casco confeccionado em alumínio, aço ou madeira laminada, acabamento resistente ao desgaste, aros metálicos reforçados, peles sintéticas, sistema de afinação por parafusos metálicos e ferragens com tratamento anticorrosivo.	UN	4
48	170.001.796	TALABARTE PARA BUMBO, CAIXA E SURDO - Talabarte para suporte de bumbo, caixa e surdo, confeccionado em estrutura metálica tubular, com acabamento em pintura eletrostática ou tratamento anticorrosivo. Possui apoio para ombros e costas em espuma revestida com material sintético, sistema de regulagem de altura, ganchos metálicos com trava de segurança e cintas de fixação.	UN	40
49	204.001.039	TAMBORIM 6 POLEGADAS - Tamborim medindo 6 polegadas de diâmetro, aro confeccionado em alumínio, aço ou material sintético, acabamento resistente ao desgaste, pele sintética, sistema de fixação por parafusos e estrutura leve.	UN	4
50	204.001.009	TROMBONE (VARA) ESTUDANTE - TROMBONE (VARA) ESTUDANTE - Feito em Metal Resistente de calibre 12,7mm, acompanha bocal de metal e estojo semi Rígido com pelúcia interna, afinação sib Marcas de referência: Eagle, Michael, Weril.	UN	4
51	204.001.033	TROMBONE TENOR - Trombone tenor em Si Bemol (Bb), padrão estudantil/intermediário. Corpo confeccionado em latão com acabamento laqueado. Campana com diâmetro aproximado entre 200 mm e 210 mm. Calibre aproximado de 12,7 mm. Vara externa cromada e vara interna em alpaca cromada ou aço inoxidável, proporcionando deslizamento suave. Afinação padrão A=440 Hz. Acompanha: 01 estojo rígido; 01 bocal compatível; 01 lubrificante específico para vara; 01 pano para limpeza.	UN	2
52	204.001.010	TROMPETE INTERMEDIÁRIO - TROMPETE INTERMEDIÁRIO - Trompete construído em latão e bronze de afinação em Bb, campana 123 mm em bronze, calibre 11.68 mm, acabamento laqueado e dourado, acompanha bocal 7c e estojo de madeira com alça e pelúcia interna. Marcas de referência: júpiter, eagle, weril, Michael	UN	4
53	142.001.411	VASELINA PARA CORTIÇA - Vaselina lubrificante Grease graxa para cortiças e encaixes de instrumentos musicais de alta qualidade. Peso: 2g.	UN	50

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto n.º 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme elementos constantes no Estudo Técnico Preliminar.

2. VIGÊNCIA DO CONTRATO:

2.1. O prazo de vigência da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** será de **12 (doze) meses** contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3. DO LOCAL, EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

3.1. O objeto (instrumentos musicais novos) deverão ser transportados e entregues de forma parcelada pela CONTRATADA, de segunda a sexta das 7:00 às 12:00 horas, na Secretaria Municipal de Cultura, sito à Avenida Durval Rodrigues Lopes, nº 651, Jardim Santa Mônica, CEP: 79.500-000, Paranaíba-MS, mediante **autorização de fornecimento**, devidamente carimbada e assinada pelo Secretário da Pasta ou por Servidor do Departamento de Compras, sob pena de rescisão contratual.

3.1.1. O item quando solicitado, mediante **autorização de fornecimento** devidamente carimbada e assinada pela Secretario da Pasta ou por Servidor do Departamento de Compras, deverá ser transportado e entregue pela CONTRATADA no local designado pelo Município no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**.

3.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **3 (três) dias úteis** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

3.3. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

3.3.1. Após o recebimento do produto, a fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Cultura fará a análise técnica do que está sendo oferecido com que foi licitado, sob pena de substituição do objeto conforme item 3.5 deste Termo de Referência.

3.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de até **7 (sete) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.5. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de até **7 (sete) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

3.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

3.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

3.9. Os instrumentos musicais deverão ser entregues devidamente acondicionados e protegidos, de forma a evitar danos durante o transporte e o armazenamento.

3.10. Os produtos deverão estar acompanhados dos acessórios indispensáveis ao seu funcionamento e utilização, quando aplicável, bem como dos respectivos manuais de instrução, certificados e documentos de garantia.

> 3.10.1. Os instrumentos deverão ser novos, de primeiro uso, estar em perfeitas condições de funcionamento e apresentar qualidade compatível com a finalidade a que se destinam, acompanhados dos acessórios indispensáveis à sua utilização, quando aplicável, bem como dos respectivos manuais, certificados e documentos de garantia, conforme as características de cada item

3.11. Todas as despesas relativas à entrega e transporte, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do fornecimento, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

> 3.11.1. O frete ocorrerá por conta da empresa fornecedora, ou seja, o preço do material englobará também a entrega no endereço indicado pela prefeitura, dentro do Município de Paranaíba-MS. Os custos pelo transporte e descarga do material no local informado pela unidade requisitante deverão ser incluídos no preço final do material.

3.12. A CONTRATADA deverá ser qualificada para o fornecimento do objeto, tendo total competência e capacidade técnica para fornecer os materiais licitados conforme especificado no Termo de Referência.

3.13. A CONTRATADA deverá adotar todos os requisitos e práticas necessárias no fornecimento dos itens e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio dos produtos.

3.14. Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4. DA GARANTIA:

4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

5.1. O município considera a contratação de empresa especializada na prestação de serviço para fornecimento de atividades relacionadas a cultura do município, destinadas ao Município de Paranaíba através da Secretaria de Cultura, a melhor forma da utilização dos recursos.

5.2. A aquisição do objeto será realizada através de licitação na modalidade Registro de Preço, ficando sob a responsabilidade do Setor Técnico de Licitações;

5.3. A estimativa das quantidades foi baseada no levantamento realizado pela Secretaria demandante, por intermédio dos elementos dispostos no Estudo Técnico Preliminar.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de novos instrumentos musicais, por meio de procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de Paranaíba-MS, especialmente no desenvolvimento das atividades da Banda Municipal Doutora Cláudia Robalinho, do Projeto A Arte Ressignificando a Vida e das demais ações e projetos culturais promovidos pelo Município.

6.2. A contratação abrangerá o fornecimento de instrumentos musicais de diferentes categorias, modelos e características técnicas, conforme especificações e quantitativos definidos no Termo de Referência, observando padrões mínimos de qualidade, resistência, durabilidade, funcionalidade e adequação às atividades musicais e pedagógicas desenvolvidas.

6.3. A solução contempla o fornecimento dos instrumentos de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, mediante emissão de autorização ou instrumento equivalente, observados os quantitativos registrados, os prazos e as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

6.4. A adoção do Sistema de Registro de Preços permitirá que a Administração realize as aquisições conforme a necessidade efetiva das atividades culturais e a disponibilidade orçamentária, evitando compras desnecessárias, armazenamento excessivo e comprometimento antecipado de recursos públicos.

6.5. Com a implementação da solução, pretende-se proporcionar melhores condições estruturais e materiais para o desenvolvimento das atividades musicais, ampliar as oportunidades de aprendizagem e aperfeiçoamento artístico, incentivar a participação da comunidade em projetos culturais e fortalecer a valorização da música e da cultura local.]

6.6. Dessa forma, a solução proposta atende integralmente à necessidade identificada, contribuindo para a continuidade, qualificação e expansão das ações culturais do Município de Paranaíba-MS, assegurando instrumentos adequados para o desenvolvimento das atividades artísticas, educativas e musicais promovidas pela Secretaria Municipal de Cultura.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Os itens referentes a esta contratação, deverão ser entregues pelo fornecedor, ora denominado “contratado”, para atender necessidades da secretaria municipal de cultura e da Prefeitura Municipal de Paranaíba, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento. Conforme segue

7.2. A natureza do objeto é comum nos termos do inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133 de 2021 haja vista que, os padrões de desempenho, qualidade e todas as características gerais e específicas de seu fornecimento são usuais do mercado e passíveis de descrições sucintas, podendo, portanto, serem objetos de processo licitatório na modalidade Registro de Preço;

7.3. O contratado deverá efetuar a entrega dos itens conforme solicitação do responsável da Secretaria no endereço Av. Durval Rodrigues Lopes, nº 651- Bairro Santa Mônica, Paranaíba/MS das 7:00h às 12:00h, no prazo máximo de até **30 (trinta) dias,** após o recebimento da Solicitação de Fornecimento.

7.4. No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente às quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável;

7.5. Em hipótese alguma serão aceitos itens, em desacordo com as condições predefinidas;

7.6. O contratado deverá fornecer os itens, de acordo com as normas técnicas em vigor, apresentando boa qualidade e excelente aceitação no mercado;

7.7. O recebimento dos Itens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante o prazo de vigência do contrato;

7.8. A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos itens, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus colaboradores;

7.9. O contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

7.10. Os materiais objeto dessa contratação deve ser de boa qualidade, e ser entregue em perfeito estado de conservação e uso, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local indicado da entrega.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO QUE DESCREVE COMO A EXECUÇÃO DO OBJETO SERÁ ACOMPANHADA E FISCALIZADA:

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

> **FISCAL TITULAR:** Saulo Conceição de Jesus, portadora do RG Nº 1317852 SSP/MS e do CPF nº 004070881-05
>
> **FISCAL SUPLENTE:** Alcélio Ferreira Martins, portador do RG Nº 01401869 SSP/MS e do CPF Nº 003.418.691-39.

8.6. O (s) fiscal (is) do contrato acompanhará(ão) a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será efetuado de acordo com o fornecimento, no prazo de até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, devidamente atestada, juntamente das certidões de regularidade fiscal em plena validade, previstas na Lei 14.133/2021.

9.2. A Contratada deverá obrigatoriamente encaminhar os seguintes documentos quando da entrega:

9.2.1. Nota Fiscal ou documento equivalente gerada de acordo com o fornecimento das quantidades dos materiais e acessórios entregues e solicitados na Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço;

9.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.2.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.3. A falta de um dos documentos dispostos na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, poderá implicar no não recebimento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, pelo **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, considerando que o objeto consiste na aquisição de instrumentos musicais cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, mediante especificações usuais de mercado, caracterizando-se como bens comuns, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, os requisitos de qualidade, as condições de fornecimento e as demais exigências estabelecidas no edital e no Termo de Referência.

10.3. A adoção do julgamento por item justifica-se pela diversidade de instrumentos musicais que compõem o objeto, os quais possuem características próprias e são comercializados por fornecedores de diferentes segmentos. Essa forma de disputa possibilita maior participação de empresas especializadas, amplia a competitividade e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

10.4. A Administração poderá solicitar esclarecimentos, catálogos, fichas técnicas ou documentos complementares dos produtos ofertados, quando necessários para verificar a

conformidade das propostas com as especificações estabelecidas, sem impor exigências desnecessárias que possam restringir a competitividade.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

11.1.1. A administração opta por não divulgar os valores referenciais. O sigilo do valor de referência é um auxiliar útil à Administração na busca pela proposta mais vantajosa, visto que, a depender da concorrência existente em razão do objeto, eventual divulgação poderia fazer o licitante se restringir a obedecer ao limite estabelecido, afastando eventual negociação efetivamente proveitosa. Assim, a ânsia em maximizar a obtenção de oferta mais proveitosa justifica, por si só, que a informação quede restrita aos autos do processo administrativo, em anexo complementar, conforme possibilita o art. 24 da Lei 14.133/2021.

11.1.2. Destarte, a divulgação do orçamento pode comprometer uma das finalidades do procedimento licitatório, a seleção da proposta mais vantajosa, de modo que a avaliação dos princípios administrativos incutidos no certame de faça necessária, em especial quando de eventual requerimento de divulgação.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12. Demais condições constarão do EDITAL e de seus ANEXOS.

Após análise, aprovo este Termo de Referência, considerando que do mesmo constam os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo/benefício, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Paranaíba-MS.

Paranaíba-MS, 6 de novembro de 2026.

Raquel Cristina Ribeiro Páscoa
Servidor responsável pelo Termo de Referência

Bruno Henrique Alves de Oliveira
Secretário Municipal de Cultura

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

MINUTA DE CONTRATO Nº 000/2026

CONTRATAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAÍBA – ESTADO DE MATO GROSSO O SUL E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pela presente **CONTRATAÇÃO PÚBLICA**, que fazem entre si, de um lado o **MUNICÍPIO DE PARANAÍBA** - Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n. º 03.343.118/0001-00, com sede administrativa localizada na Rua à Avenida Juca Pinhé, nº 333, Jardim Santa Mônica, nesta cidade de Paranaíba-MS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor **MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE,** brasileiro, solteiro, pecuarista, portador da Cédula de Identidade RG. nº 001.084.197-SSP/MS e do CPF nº 951.098.111-72, residente e domiciliado à Rua das Acácias, nº 1170, Jardim Ipiranga, nesta cidade de Paranaíba-MS, doravante denominado **CONTRATANTE** e, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa _____, sito à Rua/Av. _____, n° _____, Bairro _____, na cidade de _____ – ___, inscrita no CNPJ/MF sob o n° _____, neste ato representada pelo Sr(a). _____, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF/MF n° _____ e RG n° _____, expedida pela SSP/___ ora denominada **CONTRATANTE**, por força do presente instrumento e em conformidade com os termos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026** e seus Anexos, e com o na Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e alterações posteriores, têm entre si, justo e acordado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: Contratação de Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Equiparadas, previstos nos arts. 1º, 8º e 13, do Decreto n. 8.538/2015, conforme dispõe o art. 48, III, da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, objetivando a Formação de Registro de Preços para aquisição de novos ***instrumentos musicais***, conforme a necessidade da demanda cultural do município, visando atender nas atividades da Banda Municipal Doutora Claudia Robalinho, Projeto Arte Ressignificando a Vida e as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de Paranaíba-MS..

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO: DO REGIME DE EXECUÇÃO: O regime de execução deste **CONTRATO** é o indireto por preço unitário de menor preço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO: A **CONTRATANTE** designará um funcionário para a gestão, acompanhamento e a fiscalização da execução do fornecimento do objeto deste CONTRATO.

3.1. A fiscalização pela **CONTRATANTE** não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto deste **CONTRATO**.

3.2. A ausência de comunicação por parte da **CONTRATANTE**, referente a irregularidades, ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas para a execução do objeto deste **CONTRATO**.

3.3. A **CONTRATADA** permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

4.1. O objeto (instrumentos musicais novos) deverão ser transportados e entregues de forma parcelada pela CONTRATADA, de segunda a sexta das 7:00 às 12:00 horas, na Secretaria Municipal de Cultura, sito à Avenida Durval Rodrigues Lopes, nº 651, Jardim Santa Mônica, CEP: 79.500-000, Paranaíba-MS, mediante **autorização de fornecimento**, devidamente carimbada e assinada pelo Secretário da Pasta ou por Servidor do Departamento de Compras, sob pena de rescisão contratual.

4.1.1. O item quando solicitado, mediante **autorização de fornecimento** devidamente carimbada e assinada pela Secretario da Pasta ou por Servidor do Departamento de Compras, deverá ser transportado e entregue pela CONTRATADA no local designado pelo Município no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**.

4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **3 (três) dias úteis** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.3. Os itens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

4.3.1. Após o recebimento do produto, a fiscalização designada pela Secretaria Municipal de Cultura fará a análise técnica do que está sendo oferecido com que foi licitado, sob pena de substituição do objeto conforme item 3.5 deste Termo de Referência.

4.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de até **7 (sete) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

4.5. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo máximo de até **7 (sete) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

4.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

4.9. Os instrumentos musicais deverão ser entregues devidamente acondicionados e protegidos, de forma a evitar danos durante o transporte e o armazenamento.

4.10. Os produtos deverão estar acompanhados dos acessórios indispensáveis ao seu funcionamento e utilização, quando aplicável, bem como dos respectivos manuais de instrução, certificados e documentos de garantia.

> 4.10.1. Os instrumentos deverão ser novos, de primeiro uso, estar em perfeitas condições de funcionamento e apresentar qualidade compatível com a finalidade a que se destinam, acompanhados dos acessórios indispensáveis à sua utilização, quando aplicável, bem como dos respectivos manuais, certificados e documentos de garantia, conforme as características de cada item

4.11. Todas as despesas relativas à entrega e transporte, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do fornecimento, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.

> 4.11.1. O frete ocorrerá por conta da empresa fornecedora, ou seja, o preço do material englobará também a entrega no endereço indicado pela prefeitura, dentro do Município de Paranaíba-MS. Os custos pelo transporte e descarga do material no local informado pela unidade requisitante deverão ser incluídos no preço final do material.

4.12. A CONTRATADA deverá ser qualificada para o fornecimento do objeto, tendo total competência e capacidade técnica para fornecer os materiais licitados conforme especificado no Termo de Referência.

4.13. A CONTRATADA deverá adotar todos os requisitos e práticas necessárias no fornecimento dos itens e estar em dia com todas as obrigações relacionadas ao comércio dos produtos.

4.14. Relativamente ao disposto no presente tópico aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE: Sem prejuízo das demais disposições deste **CONTRATO** e dos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026,** constituem responsabilidades e obrigações da **CONTRATANTE:**

5.1. Proporcionar à **CONTRATADA** as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente este **CONTRATO**;

5.2. Cumprir com todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**;

5.3. Prestar todas as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste **CONTRATO**, que sejam solicitadas pelos proprietários ou empregados da **CONTRATADA**;

5.4. Rejeitar a execução do fornecimento, objeto deste **CONTRATO**, por terceiros sem autorização;

5.5. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

5.6. Fiscalizar a execução do objeto deste **CONTRATO**, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou sua suspensão.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Sem prejuízo das demais disposições deste **CONTRATO** e dos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026**, constituem responsabilidades e obrigações da **CONTRATADA:**

6.1. Fornecer os quantitativos licitados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), através de termo aditivo, em função do direito de acréscimo tratado no art. 124 e art. 125, da Lei n. 14.133/2021 e alterações, sob pena das sanções cabíveis;

6.2. Responder perante a **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto do **CONTRATO**;

6.3. Providenciar a substituição do objeto que sejam fornecidos e que não estejam em conformidade com o edital e o termo de referência;

6.4. Prestar esclarecimentos a **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos notificados que envolvam a **CONTRATADA**, independentemente de solicitação;

6.5. Responder perante a **CONTRATANTE** e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora, omissão ou erro na condução do fornecimento, objeto do **CONTRATO**;

6.6. Instruir o fornecimento do objeto do **CONTRATO**, com a nota fiscal correspondente, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento;

6.7. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações que houver dado causa;

6.8. Apresentar, quando solicitado pela **CONTRATANTE**, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;

6.9. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do **CONTRATO**, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto à transportação interna;

6.10. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a **CONTRATANTE**;

6.12. Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do **CONTRATO**, ou títulos de créditos emitidos por ela e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuência prévia e expressa da **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão unilateral do **CONTRATO**.

6.13. Manter, durante a vigência deste **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026,**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS: A presente despesa para sua efetivação ocorrerá na seguinte Dotação Orçamentária:
XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX

7.1 E dotações que vierem a substitui no exercício seguinte.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS: A vigência deste CONTRATO será de 12 (doze) meses, prorrogável na forma contida na Lei n° 14.133/2021.

8.1 O fornecimento do objeto terá início na data da assinatura deste **CONTRATO**.

CLAUSULA NONA – DO VALOR E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Fica fixado o valor total do presente **CONTRATO** em **R$ ..... (.....)**.

9.1. O pagamento será efetuado, no prazo de até **30 (trinta) dias**, após a apresentação da Nota Fiscal eletrônica em 3 (três) vias, devidamente atestada pelo setor competente, em conformidade com a legislação vigente, acompanhada dos seguintes documentos:

9.1.1 Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social – CND **(INSS)**, mediante a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

9.1.2 Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, na forma da Lei;

9.1.3 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)**, mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;

9.1.4. A comprovação da **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

9.1.5. A Nota Fiscal ou Fatura não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas e deverá ser apresentada em 3 (três) vias, constando o número da licitação e do **CONTRATO** firmado com a **CONTRATANTE**.

9.1.6. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste **CONTRATO**, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** e indenização pelos danos decorrentes.

9.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

9.3. A **CONTRATANTE**, reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, for constatado que o fornecimento, não obedeceu a todos os detalhes da proposta de preços da **CONTRATADA**, do **EDITAL** e seus **ANEXOS**.

9.4. A **CONTRATANTE**, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos do **CONTRATO**;

9.5. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito ao reajustamento de preços, atualização monetária, ou aplicação de penalidade a **CONTRATANTE**.

9.6. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os

juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I =, Índice de compensação financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO: A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA: O presente **CONTRATO** não poderá ser cedido ou transferido a terceiros, total ou parcialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES ACESSÓRIAS: Além das disposições presentes neste instrumento contratual, fica dele fazendo parte integrante, a Proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO REAJUSTE DO CONTRATO: Em caso de formalização de contrato, os preços inicialmente contratados, somente poderão ser reajustados após decorridos 12 (doze) meses, contados da data do orçamento referência da administração, por meio do IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL: A rescisão contratual pode ser operada:

15.1. Por ato unilateral e formal da **CONTRATANTE**, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021;

15.2. Por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, devendo a parte interessada em rescindir o presente **CONTRATO**, manifestar seu interesse por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência;

15.3. A inexecução total ou parcial deste **CONTRATO**, além de ocasionar a aplicação das penalidades previstas na cláusula seguinte, ensejará também a sua rescisão, conforme as disposições da lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES:
16.1. As infrações e sanções administrativas, serão apuradas e aplicadas, conforme o disposto no Decreto Municipal n. 1.449/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO: A publicação do presente instrumento, em extrato, no Jornal Oficial do Município, ficará a cargo da **CONTRATANTE**, no prazo e forma dispostos pela legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA NOVAÇÃO: A não utilização, por qualquer das partes, dos direitos a elas assegurados neste **CONTRATO** e na Lei em geral e a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas não importa em novação a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras sendo que todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE** serão considerados como cumulativos e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO CONTRATUAL: As partes elegem o Foro da Comarca do Município de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente CONTRATO, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem certas e ajustadas, as partes assinam este **TERMO DE CONTRATO**, em 03 (três) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Paranaíba - MS, de de 2026

_____

MAYCOL HENRIQUE QUEIROZ ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL

_____

CONTRATADO

Testemunhas:

1 - 2 –

ANEXO III – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026.
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 175/2026.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Prefeitura Municipal de Paranaíba
ÓRGÃO PARTICIPANTE: XXXXXXXXXXXXX

Aos XXX dias do mês de XXXXXXXXXXXXX de 2026, **MUNICÍPIO DE PARANAÍBA** – Estado de Mato Grosso do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n. º 03.343.118/0001-00, com sede administrativa localizada na Rua à Avenida Juca Pinhé, nº 333, Jardim Santa Mônica, nesta cidade de Paranaíba-MS, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor XXXXXX, brasileiro, casado, Engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº XXXX e do CPF nº XXXX, residente e domiciliado à Avenida Juca Pinhé, nº 340, Bairro Jardim Santa Mônica, nesta cidade de Paranaíba-MS, e a Empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob nª XXXXXXXXXXXXX, vencedora e adjudicatária do certame suprarreferido, doravante denominada **PROMITENTE CONTRATADA**, neste ato representado por **XXXXXXXXXXXXXXX**, portador do CPF/MF sob nª XXXXXXXXXXXXXX e Cédula de Identidade sob nª XXXXXXXXXXX, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 1.216/2024, com alterações posteriores, e demais normas legais pertinentes, em face da classificação das propostas apresentadas no referido Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar os preços para futuras e parceladas aquisições, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos, no Termo de Referência e na Proposta de Preços, independente de transcrição, constituindo-se esta Ata em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da legislação que as rege.

CLAUSULA I – DO OBJETO

1.1. Aquisição de novos ***instrumentos musicais***, conforme a necessidade da demanda cultural do município, visando atender nas atividades da Banda Municipal Doutora Claudia Robalinho, Projeto Arte Ressignificando a Vida e as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de Paranaíba-MS.

CLAUSULA II – DO PRAZO E VIGÊNCIA

2.1. A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá prazo de validade de 12 (doze) meses, com vigência a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do artigo 84, da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA III – DOS PREÇOS

3.1. O valor da presente Ata perfaz a quantia total de R$ XXXXXXXXXX (_____), conforme valores unitários apresentados pela PROMITENTE CONTRATADA, inscritos após a disputa de preços no referido Pregão Presencial, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento, independente de transcrição, e reproduzidos na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
1		UN.		

3.2. O preço é fixo e irreajustável, respeitando as determinações da Lei nº 14.133/2021.

3.3. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLAUSULA IV – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES E USUÁRIOS

4.1. São órgãos e entidades públicas participantes do presente REGISTRO DE PREÇOS:

Nº ITEM	ÓRGÃO PARTICIPANTE
1	Secretaria Municipal de .....de Paranaíba/MS

4.2. Poderá utilizar-se da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.4. As aquisições ou contratações adicionais, por órgãos não-participantes, a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos

quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4.5. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS são limitadas, na totalidade, do dobro do quantitativo de cada item registrado para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de Órgãos Não-participantes que eventualmente aderirem.

4.6. Ao Órgão Não-participante que aderir à presente Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor beneficiário das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

CLAUSULA V – DA REVISÃO DE PREÇOS

5.1. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2. A revisão dos preços poderá ocorrer quando da incidência das situações previstas na Lei nº 14.133/2021, devidamente comprovadas e fundamentadas.

5.2.1. Na hipótese da PROMITENTE CONTRATADA solicitar alteração de preço(s), a mesma terá que justificar o pedido, através de detalhamento de custos, acompanhada de documentação apropriada que comprove satisfatoriamente a procedência do pedido e o superveniente desequilíbrio econômico-financeiro.

5.2.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará a PROMITENTE CONTRATADA com o primeiro menor preço registrado para o item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

5.2.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador poderá proceder o cancelamento do preço para o item registrado, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

5.2.4. Simultaneamente poderá proceder à convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

5.3. No transcurso da negociação prevista no item 5.1, ficará a PROMITENTE CONTRATADA condicionada a atender integralmente as solicitações de fornecimento dos órgãos ou entidades participantes, nos preços inicialmente registrados, sendo vedado a interrupção do fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes para o item do objeto ora registrado.

5.4. Em caso de pedido de reequilíbrio, a fórmula de análise da solicitação, será a equivalência percentual entre a pesquisa de mercado atual e o desconto oferecido pela empresa no certame. Ex.: Se um item teve o preço médio fixado pelo instrumento convocatório em R$ 10,00 (dez) reais, e a empresa registrou seu valor em R$ 5,00 (cinco) reais, significa dizer que a empresa tem capacidade de fornecer o produto por 50% (cinquenta) por cento do valor de referência da Administração, então se ele desejar solicitar reequilíbrio, será realizada nova pesquisa de mercado, e será concedido o percentual o reequilíbrio no percentual que ele indicou ser justo na data de sessão; ou seja e o produto estiver custando R$ 11,00 (onze reais) a ele será permitido o reequilíbrio do produto para R$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos)..

CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do objeto deste instrumento ocorreram à conta dos recursos consignados no orçamento dos órgãos e/ou entidades participantes da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, cujo programa de trabalho, projeto atividade, fonte de recursos e elementos de despesas consta nas respectivas Notas de Empenho, Contrato ou Documento equivalente, observadas as condições estabelecidas nesta Ata.

CLAUSULA VII – DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado diretamente à **CONTRATADA** no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega, mediante apresentação da NOTA FISCAL eletrônica em 3 (três) vias devidamente atestada e acompanhada com as respectivas requisições, em conformidade com a legislação vigente, mediante crédito na conta corrente de titularidade da CONTRATADA, acompanhada dos seguintes documentos:

7.1.1 Prova de Regularidade com a **Fazenda Federal** e a Seguridade Social – CND **(INSS)**, mediante a Certidão Conjunta Negativa ou Positiva, com efeitos de negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

7.1.2 Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** (Certidão Negativa de Débitos, ou Positiva com efeito de Negativa de Tributos Estaduais), emitido pelo órgão competente, da localidade de domicilio ou sede da empresa do proponente ou apresentação da Certidão de não contribuinte, que comprove a regularidade de débitos tributários referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS;

7.1.3 Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço **(FGTS)**, mediante Certificado de Regularidade do **FGTS**;

7.1.4. A comprovação da **Regularidade Trabalhista** consistirá na apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de negativa, emitida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho.

7.1.5. A Nota Fiscal ou Fatura não poderá conter emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas e deverá ser apresentada em 3 (três) vias, constando o número da licitação e do **CONTRATO** firmado com a **CONTRATANTE**.

7.1.6. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste **CONTRATO**, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** e indenização pelos danos decorrentes.

7.2. As Notas Fiscais correspondentes serão discriminativas, constando o número do contrato e do empenho correspondente, a quantidade, o preço unitário e o total expressos em reais.

7.3. Caso o recurso seja proveniente de Convênio com o Estado ou a União, deverá ser indicado na Nota Fiscal o convênio correspondente para prestação de contas.

7.4. Além da nota fiscal e/ou fatura, a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar e manter atualizados, durante a vigência do contrato, os seguintes documentos:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Estaduais;
c) Certidão de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT;

CLAUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. COMPETE AO ÓRGÃO GERENCIADOR:

8.1.1 Optar pela contratação ou não do objeto decorrentes do SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS – SRP ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços a preferência de contratação em igualdade de condições.

8.1.2. Indicar para os Órgãos e Entidades Participantes do REGISTRO DE PREÇOS os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de compras, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

8.1.3. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.1.4. Gerenciar o REGISTRO DE PREÇO e acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados e nas mesmas condições de fornecimento, para fins de controle e fixação do valor máximo a ser paga pela Administração Pública;

8.1.6. Dar preferência de contratação com a PROMITENTE CONTRATADA do REGISTRO DE PREÇOS ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação.

8.1.7. Aplicar as penalidades cabíveis, prevista em lei, conforme o caso.

8.1.8. Cancelar o REGISTRO DE PREÇOS quando presentes as situações previstas na Cláusula Décima deste instrumento.

8.2. COMPETE AOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARTICIPANTES:

8.2.1. Motivar ou não a contratação do objeto de REGISTRO DE PREÇO nas quantidades estimadas.

8.2.2. Proporcionar a PROMITENTE CONTRATADA todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no Edital.

8.2.3. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive à aplicação das sanções previstas neste Edital.

8.2.4. Informar ao Órgão Gerenciador da Ata, da inexecução total ou parcial do compromisso, caracterizada pelo não comparecimento para a retirada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes.

8.2.5. Comunicar ao Órgão Gerenciador dos casos de licitações com preços inferiores aos registrados nesta Ata.

8.2.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela PROMITENTE CONTRATADA.

8.2.7. Acompanhar e fazer cumprir os pagamentos dentro das condições estabelecidas no Edital.

8.2.8. Responsabilizar-se pelo controle e fiel execução de todas as obrigações relativas ao fornecimento, conforme condições estabelecidas no Edital.

8.3. COMPETE A PROMITENTE CONTRATADA:

8.3.1. Entregar o objeto deste **CONTRATO**, no prazo proposto e em conformidade com as especificações fornecidas na sua proposta de preços;

8.3.2. Cumprir o objeto do instrumento contratual, entregando a objeto descrito na cláusula primeira do contrato, em perfeitas condições de uso, no prazo proposto, contados do recebimento da nota de empenho e da assinatura do contrato;

8.3.3. Tomar providências, imediatamente, no caso de rejeição do objeto, fazendo a substituição em conformidade com a indicação do Departamento de Compras, no prazo por ele estipulado, contado de sua notificação, mantido o preço inicialmente proposto;

8.3.4. Instruir o fornecimento do objeto do contrato, com a nota fiscal correspondente, juntando cópia da solicitação de entrega e do comprovante do respectivo recebimento;

8.3.5. Apresentar, quando solicitado pela contratante, a comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os seus encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários e fiscais;

8.3.6. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações que houver dado causa;

8.3.7. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto do contrato, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto à transportação interna e sua assistência técnica;

8.3.8. Responder perante a contratante e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto do contrato;

8.3.9. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a contratante;

8.3.10. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obriga por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuída por força de lei, relacionadas com o cumprimento do contrato;

8.3.11. Não transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, ou títulos de créditos emitidos por ela e sem aceite, como garantia, fiança, ou outra forma qualquer de ônus, sem anuência prévia e expressa da contratante, sob pena de rescisão unilateral do contrato.

8.3.12. Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA IX – DAS PENALIDADES

9.1 As infrações e sanções administrativas, serão apuradas e aplicadas, conforme o disposto no Decreto Municipal n. 1.449/2025.

CLÁUSULA X – DO CANCELAMENTO DA ATA OU PREÇO REGISTRADO

10.1. A presente Ata poderá, a critério da Administração Pública, ser parcial ou totalmente cancelada quando PROMITENTE CONTRATADA descumprir as condições da mesma ou por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização.

10.2. Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela Administração Pública, não puder cumprir o compromisso assumido, o Órgão Gerenciador poderá revogar o referido registro, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA XI – DAS VEDAÇÕES

11.1. É vedado à PROMITENTE CONTRATADA:

11.1.1. Caucionar ou utilizar este instrumento para qualquer operação financeira;
11.1.2. Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA XII – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA XII - DA DESCRIÇÃO

13.1 Os produtos deverão estar em conformidade com as descrições constantes no **Termo de Referência – ANEXO I**, parte integrante do Edital.

CLÁUSULA XIV – DA PUBLICIDADE

14.1. Os preços registrados na Ata de Registro de preços da Prefeitura Municipal de Paranaíba-MS, serão publicados em órgão de imprensa oficial.

CLÁUSULA XV – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

15.1. A aquisição dos itens objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS serão autorizadas, em cada caso, pelo responsável do Órgão Participante competente e ordenador da despesa correspondente.

15.2. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA XVI – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:

16.1. O objeto deste instrumento será acompanhado e fiscalizado por servidor designado e na sua ausência, pelo seu substituto, o qual será designado pelo Órgão Participante nos autos do processo administrativo, com autoridade para exercerem em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

CLÁUSULA XVII – DO FORO

17.1. As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Paranaíba-MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. E por estarem justas e de acordo, foi lavrada a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS em 02 (duas) vias, as quais foram lidas e assinadas pelas partes, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Paranaíba-MS, ... de ..... de 2026.

_____

Assinaturas

Representante legal do Órgão Gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(es) registrado(s)

ANEXO IV - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS	MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026	PROCESSO LICITATÓRIO Nº 175/2026	TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PROPONENTE:	
Endereço:	
Cidade:	Estado:
Telefone:	E-mail

ITEM	CÓDIGO INTERNO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UN.	QUANT.	PREÇO (R$)	
					UNIT.	TOTAL
1	142.001.417	BAQUETA MAÇANETA PARA BUMBO - Tipo de vara de percussão Maçaneta, feltro endurecido 38x32 comprimento - 355mm diâmetro - 20mm - L. 14 ´´ D. 0,792´´	UN	40		
2	204.001.001	BOMBARDINO ESTUDANTE 3 PISTOS LAQUEADO - BOMBARDINO ESTUDANTE 3 PISTOS LAQUEADO - Material do corpo latão amarelo, acabamento laqueado, pistos aço inoxidável, afinação sib campana com 280mm calibre de 13,4mm de diâmetro, bocal de metal e acompanha estojo confeccionado a partir de madeira 100% reflorestadas, leve e resistente. Peso aproximado do bombardino 3kg. Marcas de referência: Michael, shelter, weril, Eagle.	UN	3		
3	204.001.011	BOQUILHA DE MASSA PARA SAX SOPRANO - BOQUILHA DE MASSA PARA SAX SOPRANO - BOQUILHA DE MASSA PARA SAX SOPRANO: Abertura 7 2mm feita em resina de fibra e Pó de ébano.	UN	30		
4	142.001.422	BOQUILHA POP DE SAX TENOR - Material resina de fibra na cor preta, com bom acabamento Medidas: sax tenor abertura 8 Distancia ponta 2,65mm = 0,104	UN	30		
5	142.001.423	BOQUILHA POP PARA SAX ALTO - Abertura da boquilha 7, com rampa interna, para timbre robusto, harmônicos e agudos. Na cor preta de alta qualidade Modelo Kuston	UN	30		
6	204.001.019	BUMBO 18" COM COLETE - Bumbo para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, medindo 18" de diâmetro x 10" de profundidade (ou equivalente), casco confeccionado em madeira laminada de alta densidade ou compensado naval, com espessura mínima de 6 mm, proporcionando resistência mecânica e boa resposta acústica. Aros confeccionados em aço ou	UN	3		

		alumínio de alta resistência, com acabamento cromado ou pintura eletrostática anticorrosiva. Sistema de afinação por, no mínimo, 8 tirantes metálicos com canoas reforçadas. Peles sintéticas dupla face em poliéster de alta resistência, adequadas para utilização em bandas marciais, resistentes às variações climáticas. Deverá possuir suporte para fixação em colete de sustentação. Acompanha: 01 colete ergonômico em alumínio com regulagem de altura e inclinação, apoio acolchoado para ombros e cintura; 01 par de baquetas para bumbo, cabo em madeira, comprimento aproximado entre 35 e 38 cm, cabeça revestida em feltro de alta densidade; 01 capa acolchoada confeccionada em nylon 600 ou superior, com fechamento em zíper e alças reforçadas.				
7	204.001.020	BUMBO 20" COM COLETE - Bumbo para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, medindo 20" de diâmetro x 10" ou 12" de profundidade, casco confeccionado em madeira laminada ou compensado naval, espessura mínima de 6 mm. Aros metálicos em aço ou alumínio reforçado, acabamento cromado ou pintura eletrostática. Sistema de afinação por, no mínimo, 8 tirantes metálicos e canoas reforçadas. Peles sintéticas dupla face de alta resistência, com excelente projeção sonora e estabilidade de afinação. Sistema de fixação compatível com colete ergonômico para utilização em desfiles e apresentações. Acompanha: 01 colete ergonômico em alumínio com regulagens de altura; 01 par de baquetas para bumbo em madeira com cabeça em feltro; 01 capa acolchoada em nylon reforçado.	UN	3		
8	204.001.034	BUMBO FUZILEIRO 22" X 30" - Bumbo fuzileiro medindo 22 polegadas de diâmetro por 30 cm de profundidade, casco confeccionado em madeira laminada, com acabamento revestido em fórmica ou material de desempenho equivalente. Aros em madeira ou metal reforçado, ferragens cromadas ou com tratamento anticorrosivo, pele batedeira e pele de resposta em filme sintético, sistema de afinação por parafusos com tensionadores metálicos, equipado com garras reforçadas e canoas metálicas.	UN	4		
9	204.001.021	CAIXA 14" COM COLETE - Caixa para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, medindo 14" de diâmetro x 5,5" ou 6" de profundidade. Casco confeccionado em alumínio, aço ou madeira laminada de alta resistência. Sistema de afinação por no mínimo 10 parafusos de tensão. Esteira com mínimo de 20 fios em aço.	UN	4		

		Aros metálicos reforçados com acabamento cromado ou pintura eletrostática. Peles sintéticas de alta durabilidade. Sistema de fixação compatível com colete de sustentação. Acompanha: 01 colete ergonômico regulável; 01 par de baquetas tipo 5A ou equivalente, confeccionadas em madeira; 01 capa acolchoada para transporte.				
10	204.001.036	CAIXA DE GUERRA 14" X 15" - Caixa repique medindo 14 polegadas de diâmetro por 10 polegadas de profundidade, casco confeccionado em alumínio, aço inoxidável ou madeira laminada, acabamento polido ou pintado, aros reforçados em aço cromado, pele sintética, sistema de afinação por parafusos metálicos, ferragens com tratamento anticorrosivo e esteira metálica com regulagem de tensão.	UN	4		
11	204.001.035	CAIXA REPIQUE 14" X 10" - Caixa repique medindo 14 polegadas de diâmetro por 10 polegadas de profundidade, casco confeccionado em alumínio, aço inoxidável ou madeira laminada, acabamento polido ou pintado, aros reforçados em aço cromado, pele sintética, sistema de afinação por parafusos metálicos, ferragens com tratamento anticorrosivo e esteira metálica com regulagem de tensão.	UN	4		
12	204.001.022	CAIXA TENOR 14" COM COLETE - Caixa tenor para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, medindo 14" de diâmetro x 12" de profundidade (ou equivalente), sem esteira. Casco confeccionado em alumínio ou madeira laminada de alta resistência. Sistema de afinação por no mínimo 8 parafusos de tensão. Aros metálicos reforçados. Peles sintéticas específicas para tenor, resistentes ao desgaste. Sistema de suporte compatível com colete ergonômico. Acompanha: 01 colete em alumínio com regulagem de altura; 01 par de baquetas para tenor, confeccionadas em madeira; 01 capa acolchoada em nylon reforçado.	UN	4		
13	204.001.017	CLAMP PRATOS - CLAMP PRATOS - Grampos de aro dpara prato de 8 a 14 polegadas, poste de prato, porca de liberação rápida, braçadeira de suporte de prato com haste em forma de Z, Fabricado em Metal Plástico e Feltro.	UN	6		
14	204.001.002	CLARINETA INTERMEDIÁRIA - CLARINETA INTERMEDIÁRIA - Chave: bb, sistema de digitação: boehm, 17 chaves, 6 anéis comprimento do barrilete: 65mm, buracos: furos de tom cônicos com corte inferior cônico, descanso de polegar: ajustável, material corpo: grenadilla e chaves banhadas a prata, boquilha : 4c. Estojo de madeira com alças para transporte.	UN	8		

		Marcas de referência: Yamaha YCL 255, Buffet Crampon E11, Jupiter JCL700N.				
15	142.001.405	CORREIA DE OMBRO SAX ALTO - Correia para saxofone confortável e de fácil manuseio Regulador desliga com facilidade, proporcionando ao saxofonista tocar o sax alto, tenor ou soprano com a mesma correia. Cor Preta Saxofone: Alto, soprano e tenor.	UN	6		
16	142.001.406	CORREIA DE OMBRO SAX TENOR - Correia para sax confortável e de fácil manuseio Regulador desliga com facilidade, proporcionando ao saxofonista tocar o sax alto, tenor ou soprano com a mesma correia. Cor Preta Saxofone: Alto, soprano e tenor	UN	6		
17	142.001.420	ESTANTE PARTITURA - Estante retrátil para partituras. Estrutura em alumínio, com regulagem de altura e inclinação. Altura mínima: 0,55 m Altura: máxima: 1,20 m.	UN	250		
18	204.001.012	ESTEIRA PARA REPIQUE - ESTEIRA PARA REPIQUE 14 COM 30 FIOS Material Metal	UN	10		
19	204.001.040	FLAUTA DOCE CONTRALTO - Flauta doce contralto, digitação barroca, afinação em F (Fá), confeccionada em resina ABS. Bocal com entrada de ar em arco. Corpo desmontável em 3 (três) partes. Dimensões aproximadas de 47 x 4,5 x 4,5 cm. Acompanhada de estojo em tecido, gráfico de dedilhado, vareta de limpeza, creme para flauta e tampas para as seções inferior, central e superior.	UN	10		
20	204.001.041	FLAUTA DOCE TENOR - Flauta doce tenor, digitação barroca, afinação em C (Dó), confeccionada em resina ABS. Bocal com entrada de ar em arco. Corpo desmontável em 3 (três) partes. Equipada com chave dupla C/C# e apoio para polegar. Dimensões aproximadas de 65 x 5 x 11 cm. Acompanhada de estojo em tecido, gráfico de dedilhado, vareta de limpeza, creme para flauta e tampas para as seções inferior, central e superior.	UN	10		
21	204.001.003	FLAUTA TRANSVERSAL INTERMEDIÁRIA - FLAUTA TRANSVERSAL INTERMEDIÁRIA - Fabricada em níquel. Acabamento: banhado a prata, afinação em Dó. Molas: aço inoxidável: sapatilhas de feltro trançado e couro de Carneiro. Acompanham estojo de madeira resistente. Marcas de Referência: Buffet crampon 228, Yamaha 221,222,212, júpiter JFL700.	UN	11		
22	204.001.025	FLAUTIM (PICCOLO) - Flautim (Piccoo) em Dó (C), padrão estudantil/intermediário. Corpo confeccionado em resina ABS de alta resistência ou madeira grenadilla. Cabeça em metal prateado ou material equivalente. Sistema Boehm. Chaves	UN	2		

		confeccionadas em alpaca niquelada ou prata niquelada. Molas em aço inoxidável. Almofadas sintéticas de alta vedação. Afinação padrão A=440 Hz. Acompanha: 01 estojo rígido; 01 capa para estojo; 01 vareta de limpeza; 01 pano de microfibra; 01 manual de instruções.				
23	204.001.043	JOGO DE PALHETAS PARA VIOLÃO - Jogo de Palhetas para violão Descrição DESCRIÇÃO DO PRODUTO: Jogo com 50 palhetas para guitarra, violão, cavaco / cavaquinho e baixo. Peso leve, material durável e agradável aos seus dedos. Superfície Lisa Espessuras: 0.58 / 0.71 / 0.81 / 0.96 / 1.20 / 1.50 (mm) - misturadas Inclui estojo plástico CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO: Material: Plástico ABS de qualidade Espessura: 0.58/0.71/0.81/0.96/1.20/1.50 (mm) Cores: Sortidas PACOTE CONTÉM: - 01 estojo plástico - 50 palhetas de cores aleatórias. * Pelo menos 8 unidades de cada tamanho (alguns tamanhos podem ter 9 unidades para totalizar 50	JG	10		
24	142.001.433	JOGO DE SAPATILHA CLARINETE - Sapatilha baudruchu para clarinete pelica Contendo 17 sapatilhas nas medidas: 3x17mm 1x15mm 2x12mm 11x10mm	JG	15		
25	142.001.410	LUBRIFICANTE PISTO - Óleo mineral para instrumentos musicais de pisto e válvulas em geral, sem cheiro, sem gosto, de longa duração, de boa qualidade, que não evapora, frasco contendo 60 ml.	UN	100		
26	142.001.408	PALHETA CLARINETA Nº 3 - Dureza 3 Material Cana Espessura da ponta 0,09mm Espessura do talão 2,8mm	UN	60		
27	142.001.458	PALHETA PARA SAX BARÍTONO Nº 3,5 - Material: Cana Espessura da Ponta: 0,09mm Espessura do Talão: 2,8mm	UN	30		
28	142.001.350	PALHETA SAX ALTO Nº 3 - Material: Cana Espessura da Ponta: 0,11mm Espessura do Talão: 3,25mm	UN	60		
29	142.001.409	PALHETA SAX RETO Nº 2,5 - Material: Cana Espessura da ponta 0,09mm Espessura do talão 2,8mm	UN	45		
30	142.001.407	PALHETA SAX TENOR Nº 3 - Material: Cana Espessura da Ponta: 0,09mm Espessura do Talão: 2,8mm	UN	60		
31	142.001.418	PAR DE BAQUETA 7A PARA CAIXA - Material: Madeira resistente aproximadamente 40cm e 42cm e diâmetro entre 1,4cm e 1,59cm	PAR	30		

		Tamanho: 7A				
32	142.001.412	PELE DE CAIXA 14 POLEGADAS POROSA - Filme duplo com espessura de 7mil cada (milésimo de polegada), pele dupla sonoridade grave e definida, sustain médio e som balanceado com boa durabilidade, similar a Evans EC2 e Remo pinstirpe.	UN	20		
33	142.001.413	PELE DE RESPOSTA CAIXA 14 POLEGADAS - Modelo:8951 Aplicação: Caixa de 14" Cor: Transparente Dimensões: 37.000 x 2.000 x 37.000 CM Tipo: Resposta	UN	20		
34	204.001.014	PRATO CHIMBAL - PRATO CHIMBAL - PRATO CHIMBAL: Fabricado em Latão com Liga de Metal e Bronze.	PAR	4		
35	204.001.015	PRATO PARA FRANFARRA - PRATO PARA FRANFARRA - Fabricado em Latão com Liga de Metal e Bronze.	PAR	10		
36	204.001.026	PRATOS PARA BANDA MARCIAL - Par de pratos para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, diâmetro entre 14" e 16", confeccionados em liga metálica de bronze B8, latão especial ou liga equivalente destinada à fabricação de pratos musicais. Acabamento polido ou brilhante. Deverão possuir alças em couro natural ou fita de nylon reforçada, fixadas por sistema metálico resistente. Peso médio compatível com utilização em bandas marciais, proporcionando equilíbrio entre projeção sonora e conforto durante a execução. Acompanha: 01 par de correias em couro ou nylon reforçado instaladas; capa acolchoada específica para transporte de pratos, confeccionada em nylon resistente.	PAR	6		
37	204.001.027	QUADRITON COM COLETE - Instrumento de percussão para banda marcial, padrão estudantil/intermediário, composto por conjunto de quatro tambores (quadritom), com diâmetros aproximados de 8", 10", 12" e 13", profundidade entre 6" e 8" ou equivalente. Cascos confeccionados em madeira laminada de alta densidade ou alumínio de alta resistência, com espessura mínima de 6 mm. Aros metálicos reforçados em aço ou alumínio, acabamento cromado ou pintura eletrostática anticorrosiva. Sistema individual de afinação por, no mínimo, 6 tensores em cada tambor, com ferragens reforçadas. Peles sintéticas de alta resistência, próprias para utilização em bandas marciais, resistentes às variações de temperatura e umidade. Sistema de fixação compatível com colete ergonômico.	UN	1		

		Acompanha: 01 colete ergonômico em alumínio com regulagem de altura e inclinação; 01 par de baquetas para quadritom em madeira, ponta de nylon ou madeira; 01 capa acolchoada específica para o conjunto.				
38	204.001.004	SAX ALTO (ESTUDANTE) - SAX ALTO (ESTUDANTE) - Apoio de polegar regulável, campana removível, parafusos em aço inoxidável afinado em mib, sib grave articulado e chave fá# agudo. Recursos porta lira, estojo extra luxo de madeira com alça para transporte acabamento laqueado e boquilha estudante 5 C. Marca de Referência: Eagle, Michael, Shelter, Jupiter série 500.	UN	2		
39	204.001.005	SAX ALTO PROFISSIONAL - SAX ALTO PROFISSIONAL - Saxofone construído na liga de bronze 85/15 com sapatilhas de alta qualidade produzidas em couro linha profissional de saxofones alto, acabamento laqueado dourado.- chave: Mib - acabamento: laqueado dourado - bocal: 4c - mecanismo de f frontal - recurso de f# agudo - apoio para mão direita ajustável - campana gravada a mão estojo semi rígido de alta qualidade. Marcas de referência: Yamaha yas 62, Yanagisawa a 902, Cannonball GA5-B, Selmer Paris supreme.	UN	2		
40	204.001.006	SAX BARITONO ESTUDANTE - SAX BARITONO ESTUDANTE - Afinação: eb (mí bemol), extensão: a grave a f# agudo, apoio de polegar: reguláve,l corpo: amarelo, acabamento: laqueado, parafusos: aço carbono, molas: aço carbono, sapatilhas: importada, estojo: luxo de madeira, porta lira espigão (apoio de chão) – extensão: a grave e f# agudo – porta lira: sim – espigão (apoio de chão): sim Marcas de referência: Yamaha, eagle, Michael, shelter.	UN	2		
41	204.001.007	SAX RETO (SOPRANO) ESTUDANTE - SAX RETO (SOPRANO) ESTUDANTE - Parafusos em aço inoxidável - dimensão em fa agudo si b articulado - todel reto e curvo – estojo de madeira revestido de couro e pelúcia interna - acabamento dourado em latão. Marcas de referência: Eagle, Michael, Shelter	UN	3		
42	204.001.008	SAX TENOR INTERMEDIÁRIO - SAX TENOR INTERMEDIÁRIO - Construção em latão, acabamento laqueada dourado, sapatilhas em couro com boquilha e acompanha estojo altamente resistente em madeira. Marcas de referência: Yamaha 26, eagle, Jupiter JTS 700q.	UN	3		
43	204.001.032	SOUSAFONE - Sousafone em Si Bemol (Bb), padrão estudantil/intermediário. Corpo confeccionado em fibra de vidro reforçada ou latão laqueado.	UN	1		

		Campana removível com diâmetro aproximado entre 660 mm e 680 mm. Sistema com 3 pistões em aço inoxidável ou monel. Afinação A=440 Hz. Estrutura projetada para distribuição uniforme do peso sobre os ombros. Acompanha: 01 bocal compatível; 01 capa acolchoada para campana; 01 capa para corpo do instrumento; 01 óleo lubrificante para pistões; 01 graxa para pompas.				
44	170.001.797	SUPORTE DE MADEIRA ARTESANAL PARA 6 FLAUTAS DOCES - Suporte artesanal confeccionado em madeira, com capacidade para acomodação de até 6 flautas doces. Dimensões aproximadas de 31 x 7 cm. Estrutura com compartimento interno para armazenamento das varetas de apoio. Sistema de abertura por tampa giratória com fixação central.	UN	4		
45	204.001.016	SUPORTE PARA CHIMBAL AÉREO COM MULTI CLAMP - SUPORTE PARA CHIMBAL AÉREO COM MULTI CLAMP – Fabricado em Metal e Plástico com Feltro nas presilhas	UN	8		
46	204.001.037	SURDO 14" X 30 CM - Surdo medindo 14 polegadas de diâmetro por 30 cm de profundidade, casco confeccionado em alumínio, aço ou madeira laminada, acabamento resistente à umidade e ao desgaste, aros metálicos reforçados, peles sintéticas, sistema de afinação por parafusos metálicos e ferragens cromadas ou com tratamento anticorrosivo.	UN	4		
47	204.001.038	SURDO 18" X 45 CM - Surdo medindo 18 polegadas de diâmetro por 45 cm de profundidade, casco confeccionado em alumínio, aço ou madeira laminada, acabamento resistente ao desgaste, aros metálicos reforçados, peles sintéticas, sistema de afinação por parafusos metálicos e ferragens com tratamento anticorrosivo.	UN	4		
48	170.001.796	TALABARTE PARA BUMBO, CAIXA E SURDO - Talabarte para suporte de bumbo, caixa e surdo, confeccionado em estrutura metálica tubular, com acabamento em pintura eletrostática ou tratamento anticorrosivo. Possui apoio para ombros e costas em espuma revestida com material sintético, sistema de regulagem de altura, ganchos metálicos com trava de segurança e cintas de fixação.	UN	40		
49	204.001.039	TAMBORIM 6 POLEGADAS - Tamborim medindo 6 polegadas de diâmetro, aro confeccionado em alumínio, aço ou material sintético, acabamento resistente ao desgaste, pele sintética, sistema de fixação por parafusos e estrutura leve.	UN	4		
50	204.001.009	TROMBONE (VARA) ESTUDANTE - TROMBONE (VARA) ESTUDANTE - Feito em Metal Resistente	UN	4		

		de calibre 12,7mm, acompanha bocal de metal e estojo semi Rígido com pelúcia interna, afinação sib Marcas de referência: Eagle, Michael, Weril.				
51	204.001.033	TROMBONE TENOR - Trombone tenor em Si Bemol (Bb), padrão estudantil/intermediário. Corpo confeccionado em latão com acabamento laqueado. Campana com diâmetro aproximado entre 200 mm e 210 mm. Calibre aproximado de 12,7 mm. Vara externa cromada e vara interna em alpaca cromada ou aço inoxidável, proporcionando deslizamento suave. Afinação padrão A=440 Hz. Acompanha: 01 estojo rígido; 01 bocal compatível; 01 lubrificante específico para vara; 01 pano para limpeza.	UN	2		
52	204.001.010	TROMPETE INTERMEDIÁRIO - TROMPETE INTERMEDIÁRIO - Trompete construído em latão e bronze de afinação em Bb, campana 123 mm em bronze, calibre 11.68 mm, acabamento laqueado e dourado, acompanha bocal 7c e estojo de madeira com alça e pelúcia interna. Marcas de referência: júpiter, eagle, weril, Michael	UN	4		
53	142.001.411	VASELINA PARA CORTIÇA - Vaselina lubrificante Grease graxa para cortiças e encaixes de instrumentos musicais de alta qualidade. Peso: 2g.	UN	50		
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

DECLARAMOS EXPRESSAMENTE QUE NO VALOR OFERTADO, BEM COMO NOS PREÇOS OFERTADOS ESTÃO INCLUSOS TODOS OS CUSTOS E DESPESAS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO INTEGRAL DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA LICITAÇÃO.

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO:
NOME: _____
QUALIFICAÇÃO (CARGO OU FUNÇÃO): _____
DADOS PESSOAIS (NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL E PROFISSÃO): _____
NÚMERO DOS DOCUMENTOS PESSOAIS (CI RG Nº, CPF Nº): _____
ENDEREÇO COMPLETO: _____

Estando de acordo com os termos do Ato Convocatório e com a legislação nele indicada, propomos os valores acima com validade da proposta de ____dias. Local e data. _____ Carimbo e assinatura do representante legal da Empresa.	NÚMERO DO CNPJ/MF DA EMPRESA